



## MULHERES INDÍGENAS SATERÉ MAWÉ E A LUTA POR EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS/AM

Alessandra Maia Cerdeira Costa<sup>1</sup>  
Francivalda Rodrigues da Silva<sup>2</sup>  
Maria do Perpetuo Socorro de Souza Garcia<sup>3</sup>

**RESUMO:** O estudo versa sobre o acesso a educação pelas mulheres indígenas Sateré Mawé no município de Parintins/AM. Para chegar aos resultados foram realizadas pesquisas: bibliográfica, documental e de campo, junto a algumas mulheres indígenas e coordenadores das instituições ligadas diretamente à etnia em evidência. Pontua-se que o acesso à educação pelas mulheres indígenas é cercado de inúmeros desafios, como a divisão sexual do trabalho, parte do processo histórico/cultural da maioria das etnias. Outro apontamento dar-se relacionado à precariedade das condições e estrutura física das escolas que interferem no processo de ensino e aprendizagem dos indígenas.

**Palavras-chave:** Educação; divisão sexual do trabalho; Mulheres Indígenas.

**ABSTRACT:** The study deals with the access to education for indigenous women Sateré Mawé in Parintins / AM municipality. To reach the results were carried out research: bibliographical, documentary and field, along with some indigenous women and coordinators of institutions directly linked to ethnicity in evidence. It points out that access to education for indigenous women is surrounded by numerous challenges, such as the sexual division of labor, part of the historical process / cultural of most ethnic groups. Another note to be related to the precarious conditions and physical structure of schools that interfere with teaching and learning process of the natives.

**Keywords:** Education; sexual division of labor; Indigenous women.

---

<sup>1</sup> - Acadêmica do curso de Serviço Social UFAM Parintins

<sup>2</sup> - Acadêmica do curso de Serviço Social UFAM Parintins

<sup>3</sup> - Acadêmica do curso de Serviço Social UFAM Parintins

## I. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo Compreender/analisar como o acesso à educação escolar indígena pelas mulheres da etnia Sateré Mawé no município de Parintins-AM.

O interesse pela temática surge através da disciplina Gênero e Família no Brasil, cursada na Universidade Federal do Amazonas - UFAM, curso de Serviço Social que têm como objetivo proporcionar aos acadêmicos um contato com as relações de gênero e família no Brasil no cenário contemporâneo.

Através desse contato começaram-se as investigações e estudos acerca da temática. Nesse sentido evidencia-se que a luta feminina pelo acesso a educação é um tema que vem sendo discutido por diferentes seguimentos da sociedade e tem se configurado em uma importante bandeira de luta.

As disparidades sociais de gênero ainda são uma das problemáticas vivenciadas por muitas mulheres indígenas. No que tange a educação pontua-se, que cada povo tem seus modelos próprios de educar, e a escola é apenas um dos espaços em que se aprende e se ensina.

A Educação é o processo que cada povo utiliza para sociabilizar os indivíduos desde a infância, ou seja, é a forma de inserir a criança na sociedade, da qual se tornarão conhecedores da cultura, das crenças, das tradições.

A participação das mulheres especificamente indígenas nas políticas públicas deu-se mediante a muita luta e reivindicação, de diversos órgãos e esferas da sociedade civil.

O procedimento para obtenção dos resultados se deu através de dois momentos. Inicialmente a pesquisa em fonte bibliográfica utilizada para embasamento teórico do trabalho, posteriormente a pesquisa de campo junto a algumas mulheres, bem como coordenadores das instituições ligadas a etnia, com uso de aplicação de uma entrevista semi-estruturada.

O artigo está estruturado em três tópicos: o primeiro tópico discute o processo da Educação Escolar no contexto Indígena. No segundo, traz a Etnia Sateré Mawé. E por fim, análise do acesso à educação escolar das mulheres indígenas Sateré Mawé no município de Parintins.

## II. O PROCESSO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CONTEXTO INDÍGENA

A educação escolar indígena é de fato um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988, porém, o processo da execução de uma educação de qualidade nas escolas dessas regiões é um quesito a ser refletido.

Discute, se o modelo educacional instituído está em consonância à sua cultura e acima de tudo, investigar se está possibilitando um aprendizado de qualidade, pois, sabe-se que os desafios de atuar nessas áreas são inúmeros.

A inserção de uma educação escolar nas comunidades indígenas é cercada de desafios, isso nos faz questionar: De que forma os projetos incrementados às demais políticas públicas estão sendo pensados para garantir e viabilizar os direitos desses povos?

No período da colonização os indígenas eram considerados pela sociedade dominante, “seres sem alma”. De acordo com Terena (2000), se eram sem alma, logo eram seres inexistentes. Será que fazendo uma comparação entre o passado e o presente, isso mudou nos dias atuais?

Verifica-se que não, visto que no Brasil, o acesso à educação pelas mulheres indígenas é bem complexo, pois na maioria das etnias ainda há diversos obstáculos a serem superados, entre eles está o modelo patriarcal, que representa como uma das principais barreiras para o acesso e a permanência das mulheres no processo da educação escolar.

Atualmente, entre as exigências das tarefas tradicionais das mulheres Sateré Mawé, permanece a responsabilidade na criação de seus filhos, que somado aos cuidados no plantio e na colheita da roça, pouco lhes resta de “tempo” para os estudos e a realização de outras atividades que lhes possibilite uma renda financeira.

Esta realidade é apenas uma das razões para o abandono dos estudos por essas mulheres, ocasionando dificuldades em obter conhecimentos que possibilite o desenvolvimento do seu senso crítico diminuindo a possibilidade de torná-la uma ferramenta a mais na luta inclusiva em favor da causa indígena, o que reflete na pouca ocupação por mulheres nas funções de liderança das comunidades indígenas.

Durante a pesquisa realizada, observou-se que a precarização das políticas públicas não estão de acordo com o que prevê a Comissão Nacional de

Educação Escolar Indígena, a qual é uma das instâncias do MEC, responsável pelas diretrizes para a política nacional de educação escolar Indígena.

Nesta, a escola indígena deve ser específica, diferenciada, bilíngue e intercultural, pautada pelo respeito à diversidade e aos processos pedagógicos próprios; porém, percebe-se que só essas alterações não serão suficientes para tender as particularidades culturais e de gênero configurando-se em uma das formas de violência, identificado por Safiot (2004, p.47), a violência psicológica:

O entendimento popular da violência apoia-se num conceito durante muito tempo (...). Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual e integridade moral.

A obra *Gênero, patriarcado, violência* da autora Safiot (2004), aborda uma pesquisa na qual a Fundação Perseu Abramo analisa os dados de uma pesquisa de campo realizada em todo o país, em 2001 na qual constata que as brasileiras valorizam bastante a liberdade conquistada, sendo que em resposta à pergunta: *Como é ser mulher hoje?*

Assim, 39% ressaltaram sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto que isto lhe confere, 33% referiram a liberdade de agir segundo o seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões, apenas 8% mencionaram a conquista de direitos políticos, o que é verdadeiro desde a constituição Federal de 1988, e a igualdade de direitos em relação aos homens.

Diante da pesquisa supracitada e coletas de dados realizadas em Parintins, percebe-se que assim como a maioria das mulheres brasileiras, as mulheres indígenas também anseiam por essa igualdade de direitos.

Aos poucos essas mulheres vêm conquistando seu espaço enquanto cidadãos, o que está se diferenciando dos séculos passados quando a maioria das mulheres eram limitadas, e em outros momentos, privadas na busca do conhecimento, e apenas homens com poder aquisitivo privilegiado tinham o livre acesso à educação, assim, Estácio; Almeida (2011, p. 35), compreendem que:

[...] a função da escola não é reproduzir modelos, mas sim transformá-los, é o ponto inicial para a constituição de uma escola específica e diferenciada, que na perspectiva freireana é libertadora, pois o homem é um ser de relações e não só de contatos, não apenas está no mundo, mas com o mundo. Estar com o mundo resulta de abertura à realidade.

O processo educacional das mulheres requerem muitos avanços e reconhecimento por parte da sociedade civil e dos órgãos responsáveis em viabilizar o acesso à educação de qualidade para todos, assim, um desafio a ser superado

pelos povos indígenas é poder participar livremente todos os dias de um currículo que os favoreça na construção de sua identidade, que respeite as diferenças de gênero, culturais e pluriétnicos.

### **III. A ETNIA SATERÉ MAWÉ**

A etnia Sateré Mawé habita a região do Médio e Rio Amazonas na divisa dos estados do Amazonas e do Pará, a língua tradicional falada pelo povo Sateré é o tupi.

E apesar do contado com alguns brancos, muitos deles não falam o português, prevalecendo ainda seus costumes e tradições de falar apenas a sua língua nativa, porém alguns indígenas da etnia Sateré Mawé já falam o português assim como o tupi, conforme relatado a seguir:

Os Homens atualmente são bilíngues, falando o Sateré e o Português, mas a maioria das mulheres, apesar dos 322 anos de contato com os brancos, só fala o Sateré-Mawé (SILVA, 1992, p. 2).

A assertiva acima confirma, que nem todos os membros da etnia Sateré Mawé falam o português, o que dificulta o acesso de informações com as pessoas que não fazem parte da etnia.

Segundo relatos dos velhos Sateré Mawé, seus ancestrais habitavam em tempos imemoriais no vasto território entre os rios Madeira e Tapajós ao norte delimitado pelas ilhas Tupinambaranas, no Rio Amazonas ao sul pelas cabeceiras do Rio Tapajós.

Com relação ao significado do nome Sateré Mawé:

O primeiro nome, Sateré, significa “lagarta de fogo” e é referência ao clã mais importante dentre os que compõem esta sociedade, o que indica tradicionalmente a linha sucessora dos chefes políticos. O segundo nome, Mawé, quer dizer “papagaio inteligente e curioso” e não é designação clânica. E a língua é o Mawé, do tronco linguístico tupi (SILVA, 1992, p. 2).

Conforme Silva (1992), até o começo do século XX, essa etnia escolhia lugares próximo às regiões centrais das matas, que fosse às margens as nascentes dos rios para facilitar o fluxo de pessoas e de alimentos nas suas aldeias, pois eles consideravam essas áreas mais produtivas e com caça em abundância.

Os Sateré Mawé são conhecidos como os inventores da cultura do guaraná, foi à etnia que transformou uma trepadeira silvestre em arbusto cultivado, a planta é nativa da região de Maués- AM, onde vive a maioria da dessa etnia.

Relacionado à educação; a fragilidade na viabilização de direito na educação é considerado como uma questão social importante, não só de intervenção social, mas objeto de análise.

A educação indígena é um direito assegurado na Constituição Federal de 1988, que dá aos povos indígenas o direito a educação escolar, preservando seus costumes e valores culturais, conforme relata o artigo 210:

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (Constituição Federal, 1988).

O processo cultural que antes predominava era a linguagem oral, repassado de geração para geração:

O saber é transmitido de uma geração à outra, basicamente, pela comunicação oral, através da fala e na prática diária do fazer e observar. (JUNQUEIRA, p.59-60, 2008)

O que se percebe é que os indígenas preferem capacitar os filhos da terra<sup>4</sup>, pois desta forma será mais fácil e acessível os procedimentos escolares de cada comunidade.

De acordo com Estácio; Almeida (2011, p.36), “uma instituição escolar não se torna uma escola indígena só por que transmite os conteúdos que vêm nos livros elaborados pelos não-índios, na língua indígena.”

A educação proposta como “diferenciada” é na verdade a educação formal do branco com algumas especificidades voltadas para a cultura indígena, pois, é feita algumas adaptações na matriz curricular, por exemplo, é substituída a língua inglesa pela língua materna Saterê, e em lugar de arte do branco é inserido a arte cultura indígena, a arte do tessume<sup>5</sup>.

Nos primórdios da implantação da educação no Amazonas Estácio (2009, p.06) relata que:

A proposta educacional da FUNAI foi desenvolvida por meio de convênios com instituições religiosas de diferentes credos; e foram mais de 50 missões religiosas católicas e protestantes no país, que desenvolveram experiências junto aos índios, objetivando a evangelização e a capacitação técnico-profissional.

Quanto à luta feminina para ter acesso aos seus direitos, ao termos contato com obras de autores que abordam a temática, uma história ocorrida em 1739 foi bastante inovadora na história da Amazônia e chamou atenção do grupo,

---

<sup>4</sup> Moradores locais, que conhecem os valores culturais e a região como um todo.

<sup>5</sup> Artesanato próprio da cultura Indígena.

trata-se de uma índia escrava que teve seus direitos violados, mas que teve um desfecho impressionante o qual será relatado a seguir:

Em 1739, uma índia escrava moveu, nos tribunais de Belém do Pará, uma ação para ganhar a sua liberdade. Ela se chamava Francisca e é uma das poucas mulheres indígenas a deixar seu nome registrado em documentos oficiais em toda a história da Amazônia em quinhentos anos. A ação se baseou no fato de que ela teria sido ilegalmente vendida como escrava quando vivia na capitania do Rio Negro. Com o auxílio do defensor público dos índios, em Belém do Pará, Francisca juntou testemunhas e provas, fez um depoimento convincente perante os juízes, conseguindo vitória de sua demanda em primeira instância. O processo de Francisca é um caso extraordinário, num tempo em que a escravização dos índios era coisa corriqueira e gente como ela vivia uma existência limitada pela fome, ignorância, e brutalidade de seus senhores. Geralmente, não duravam muito e morriam pouco tempo após serem escravizados (SOUSA, 2009, p.48).

Decorridos quase três séculos, a história de Francisca nos chamou atenção, pois assim como ela, inúmeras mulheres indígenas e não indígenas tem suas vidas ceifadas ou passam por um constante ciclo de violência que perpassa gerações. Sendo isso um dos motivos que nos instiga a executar este estudo, que visa refletir acerca da luta das mulheres indígenas por direitos sociais, com foco no processo educacional das indígenas da etnia Sateré Mawé em Parintins, o que será discorrido o tópico seguinte.

#### **IV. O ACESSO À EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS MULHERES INDÍGENAS SATERÉ MAWÉ NO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

Neste tópico serão expostos os dados coletados na pesquisa de campo, que contou com a participação de algumas mulheres da etnia Sateré Mawé e entidades/instituições ligados diretamente aos povos indígenas da referida etnia.

O critério para a seleção dos sujeitos da pesquisa foi escolher pessoas que fazem parte da etnia Sateré Mawé, que pudessem relatar suas histórias de vida e luta pelo acesso de seus direitos além da disponibilidade em contribuir com informações.

Segundo os dados disponibilizados em janeiro de 2014 pela Instituição: Distrito Sanitário Especial Indígena de Parintins – DSEI/Parintins, a qual faz parte da Secretaria Especial de Saúde – SESAI/Ministério da Saúde, a etnia Sateré - Mawé possui uma população estimada em 12.069, que estão nos municípios: Parintins, Maués e Barreirinha.

Durante a entrevista realizada com um professor indígena<sup>6</sup>, que trabalha na região do Uaicurapá<sup>7</sup>, constatou-se que no município de Parintins o acesso da mulher indígena a educação escolar ainda enfrenta inúmeras barreiras e desafios, como, o modelo patriarcado e a desigualdade de gênero, apontado por Saffiot (2004).

Assim, foi perguntado: **As mulheres indígenas Sateré Mawé são impedidas de ingressarem na escola?** Ele relatou que não, porém há uma série de fatores que impedem que muitas delas prossigam seus estudos. Essas dificuldades serão discutidas e apontadas a seguir.

Quanto à quantidade de escolas existente na região, o professor entrevistado apontou que existem 06 (seis) escolas.

Analisando o quadro disponibilizado pela SEMED sobre o número de professores nas referidas escolas, constatou-se que há 26 (vinte e seis) professores, dentre estes, percebemos que há uma diferença considerável entre professores do sexo masculino e feminino, sendo a maioria é do sexo masculino, ou seja, 20 (vinte) são do sexo masculino e apenas 6 (seis) são do sexo feminino.

Ao ser questionado sobre o que ele acreditava ser o motivo dessa acentuada diferença, ele relatou que, a maior dificuldade está relacionada à família e a questão financeira, pois, apesar de enfrentarem dificuldades.

O motivo apontado pela funcionária é haver poucas mulheres indígenas com formação escolar para ocuparem essas vagas de professoras, segundo a funcionária, a SEMED implantou um projeto chamado, PIRAWARA<sup>8</sup>, dentro dessa formação tem uma demanda grande de mulheres.

Outro fator que implica diretamente para a formação desse quadro profissional é que os professores são escolhidos pelas lideranças indígenas, predominantemente masculinas, segundo a entrevistada:

[...] é feita uma reunião com toda comunidade na qual os candidatos a professores são apresentados para a comunidade geral e será escolhido aquele que se enquadra no perfil para a educação indígena, só depois disso que será feita uma carta de anuência, e enviando para a SEMED, que vai analisar se ele está apto ou não a lecionar na área indígena. (entrevista 2014).

Outra entrevistada apontou que:

---

<sup>6</sup> Atualmente ele atua como professor na área indígena contratado pela SEMED.

<sup>7</sup> Zona rural do município de Parintins.

<sup>8</sup> Projeto de formação diferenciada, específico para formar professores indígenas.



Uma das maiores dificuldades é no momento em que “acaba” os estudos na nossa comunidade, quando agente pretende dar prosseguimento, agente vem para a cidade, e aqui as dificuldades são inúmeras, como: a falta de moradia própria, condições financeiras além da barreira cultural e linguística, mas principalmente os preconceitos, como o bullying. (entrevista 2014).

A questão do preconceito é algo bastante presente na realidade indígena, principalmente das mulheres Sateré Mawé, outra entrevistada enfatizou que, como resultado disso, em muitos casos, a indígena desiste dos estudos e volta para a sua aldeia ou se “reprime” e busca mecanismos de defesa como a negação de sua verdadeira identidade.

A moradia é outro assunto bastante pertinente, pois muitas jovens indígenas (como bem relata a entrevistada acima) saem de suas comunidades indígenas para morarem e trabalharem na casa de alguém que promete estudo, dinheiro, etc.

Isso se torna contraditório, pois na maioria das vezes passam a vítimas da exploração do seu trabalho, pois tem que cuidar da casa, dos filhos dos donos da casa etc., e ainda têm que “arrumar” tempo para estudar, muitas ficam sobrecarregadas de tarefas e acabam desistindo de estudar optando em voltar para suas comunidades nativas.

Por tanto, são grandes os desafios que os indígenas, principalmente as mulheres, tendem a enfrentar para ter acesso à educação, são desafios que fazem parte da realidade e que devem ser analisadas minuciosamente pelas autoridades e órgãos comprometidos com a Educação.

## **V. CONCLUSÃO**

Falar da educação escolar indígena é relatar o passado de um povo que muito já lutou para ter seu reconhecimento e seu espaço na sociedade, os conflitos e confrontos pelo seu território, que vem desde o período da colonização até a contemporaneidade.

Entendemos que o acesso à educação pelas mulheres indígenas ainda é algo muito complexo e está entrelaçado ao processo cultural da etnia, quanto a divisão sexual do trabalho, percebe-se como resquícios postos pelo sistema capitalista, idealizado pela sociedade patriarcal capitalista.

Com isso, este trabalho buscou mostrar as inúmeras diversidades dos povos Amazônidas, e fazer uma reflexão acerca do acesso à educação escolar pela

mulher indígena Sateré Mawé no município de Parintins, apontando as principais relevâncias e acima de tudo fazer uma análise e comparação dos gêneros, que ainda prevalece no recinto escolar, onde o modelo patriarcal ainda está enraizado no interior das famílias e etnias.

## **VI. REFERÊNCIAS**

ESTÁCIO, Marcos André Ferreira; ALMEIDA, Diana Andreza Rebouças. Ethos & Epísteme: Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, Ano VII, Volume XIV. Manaus: FSDB, 2011.

\_\_\_\_\_. Direito a Educação: O percurso histórico da Educação Escolar e Superior Indígenas no Amazonas. Belém: UEA-UFAM. 2009.

JUNQUEIRA, Carmen. Antropologia indígena: Uma nova introdução. São Paulo: EDU, 2008.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.). Legislação indigenista brasileira e normas correlatadas. Brasília: FUNAI/CGDOC, 2003.

RAMOS, José Ademir Gomes. Educação Indígena. Manaus: UEA, 2007.

SAFFIOT, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero patriarcal, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Márcio. História da Amazônia. Manaus: Valer, 2009.

TERENA, Marcos. O Futuro das populações indígenas na sociedade brasileira. In: \_\_\_\_\_ Henrique Ratter. (Org). Brasil no limiar do século XXI. São Paulo. Edusa, 2000.